

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl na PET no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 276.407 - GO
(2012/0272434-5)**

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
EMBARGANTE : **COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S/A**
ADVOGADOS : **HEBERT LIMA ARAÚJO - SP185648**
 : **CARLOS MARCELO GOUVEIA - SP222429**
ADVOGADOS : **ANA FLÁVIA CHRISTOFOLETTI DE TOLEDO - SP228976**
 : **ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO - SP196655**
EMBARGADO : **ESTADO DE GOIÁS**
PROCURADOR : **WIVIANY CRISTINE ARAÚJO NEVES E OUTRO(S) - GO019786**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PETIÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão que homologou o pedido de desistência do recurso, nos termos do art. 34, IX, do RISTJ (fl. 714, e-STJ).

A embargante sustenta que a decisão contém vício de obscuridade, haja vista não ter considerado que as guias juntadas aos autos demonstram que os honorários advocatícios devidos, estipulados com base na Lei Estadual n. 18.173/2013, já foram recolhidos. Dessa forma, aduz que a manutenção dos honorários advocatícios nos presentes Embargos à Execução consubstancia cobrança em duplicidade da parcela.

Com impugnação.

É o relatório.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

A decisão embargada limitou-se a homologar o pedido de desistência do recurso feito pela ora embargante, o que, como consequência lógica, faz com que o acórdão proferido na origem seja mantido em sua integralidade. Assim, eventual questionamento acerca da quitação dos honorários advocatícios e custas processuais devem ser levadas a conhecimento das instâncias ordinárias, competentes para tanto.

Assim, evidencia-se não ter ocorrido falta de clareza, insuficiência de fundamentação ou erro material a ensejar esclarecimento ou complementação do que já decidido.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator

